



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

**Processo nº 0000910-98.2016.4.01.4301**

**Classe** : AÇÃO CIVIL PÚBLICA  
**Autor(a)** : MINISTERIO PUBLICO FEDERAL  
**Réu/Ré** : EDELVES DOS PASSOS DE CARVALHO FERNANDES  
**Tipo** : "A" (Resolução nº. 535 - CJF)

**SENTENÇA**

**I - RELATÓRIO**

Trata-se de ação civil pública ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL em face de EDELVES DOS PASSOS DE CARVALHO FERNANDES, por meio da qual se objetiva:

a) a declaração de inexistência, diante da ausência de citação dos integrantes da Comunidade Quilombola "Ilha de São Vicente", do título executivo judicial transitado em julgado que se pretende dar cumprimento nos autos do Processo nº 5000170-72.2009.827.2707;

b) subsidiariamente, a desconstituição, diante da flagrante inconstitucionalidade, do título executivo judicial transitado em julgado que se pretende dar cumprimento nos autos do Processo nº 5000170-72.2009.827.2707;

c) subsidiariamente, por não ter participado do processo que tramitou perante a Justiça Estadual, a declaração de ausência de efeitos do referido título executivo judicial em face da Comunidade Quilombola "Ilha de São Vicente";

d) que a Comunidade Quilombola "Ilha de São Vicente" seja mantida na terra ocupada, diante da melhor posse; e



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

e) que a ré seja condenada a não turbar ou esbulhar a posse das áreas ocupadas pela Comunidade Remanescente de Quilombo “Ilha de São Vicente”, sob pena de multa diária em caso de descumprimento.

Sustenta o MPF, em síntese, que:

*A Notícia do fato nº 1.36.001.000061/2016-24 foi autuada com base no que foi apurado no âmbito do Procedimento Preparatório nº 1.36.001.000138/2014-02, instaurado em virtude de pedido formulado por Fátima Barros, representante da Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente”, solicitando a intervenção do Ministério Público Federal em processo judicial, que envolvia o direito de posse de integrantes da referida comunidade tradicional.*

*Referido processo judicial, em trâmite perante a Comarca de Araguatins/TO, tem por objeto a ação de reintegração de posse ajuizada por EDELVES PASSOS DE CARVALHO FERNANDES em face de SALVADOR BATISTA BARROS, integrante da comunidade quilombola. Naqueles autos, foi proferida sentença homologatória de acordo firmado entre as partes em audiência de conciliação, pelo qual o demandado se obrigou a desocupar o imóvel no prazo de 1 (um) ano, a contar da data daquela audiência. Considerando que SALVADOR BATISTA BERROS não cumpriu o acordo, foi dado início à fase de cumprimento de sentença.*

*Em razão do pedido de ingresso do INCRA e da Fundação Cultural Palmares na referida ação, os autos foram remetidos à Justiça Federal. Entretanto, em fevereiro de 2015, o MM. Juiz Federal da Vara Única da Subseção Judiciária de Araguaína/TO indeferiu o ingresso do INCRA e da Fundação Cultural Palmares, declarou-se incompetente e determinou a remessa dos autos à Justiça Estadual.*

*Após o retorno dos autos à Justiça Estadual, o Juiz da 1ª Vara Cível da Comarca de Araguatins determinou que o Sr. SALVADOR BATISTA BARROS ou quem esteja na posse do imóvel objeto da lide, desocupasse a área, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.*

*Paralelamente a esta ação judicial, encontra-se em trâmite o procedimento para reconhecimento da Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” como remanescente de quilombolas e para a identificação, o reconhecimento, a delimitação, a desintrusão, a titulação e o registro das terras por eles ocupadas (Procedimento Administrativo INCRA 54400.00430/2011-26).*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*No âmbito do referido procedimento administrativo, foi elaborado Relatório Técnico de Identificação e Delimitação – RTID, o qual confirmou, de acordo com a autodefinição, a identidade étnica da Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente”, conforme autorreconhecimento, concluindo que o Estado deve cumprir sua obrigação constitucional, garantindo à referida comunidade a apropriação definitiva de seu território tradicional, que estaria representado por toda a extensão da referida ilha.*

*(omissis)*

*O direito à posse coletiva da terra da referida comunidade está ameaçado pela ré, que, se utilizando de título executivo judicial viciado, pretende desapossar a comunidade da parcela do seu território tradicional.*

*Portanto, a conduta de EDELVES DOS PASSO CARVALHO deve ser combatida, a fim de que seja evitado outro ato de violência, bem como garantida a posse coletiva das terras ocupadas pela Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente”, nos termos do art. 68 dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), bem como da Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).*

Acompanham a inicial os documentos de fls. 14/135.

Por meio da decisão de fls. 137/140, o Juízo deferiu o pedido liminar, para que a Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” fosse mantida na terra atualmente ocupa.

Às fls. 170/171, o Oficial de Justiça certificou o cumprimento da mencionada decisão.

Em seguida, ré informou a interposição de agravo de instrumento, a fim de oportunizar o juízo de retratação (fls. 173/199).

Às fls. 201, a decisão agravada foi mantida por seus próprios fundamentos.

A ré apresentou contestação às fls. 207/298, arguindo, preliminarmente: a impossibilidade jurídica do pedido, a existência de coisa julgada, a incompetência absoluta da Justiça Federal e a ilegitimidade do MPF.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Ainda que não tenha suscitado em preliminar, a autora também levantou, ao tratar do mérito, a inadequação do uso da ACP como *querela nullitatis* e a perda do objeto da demanda.

No que se refere aos fatos narrados na inicial, aduz que:

*No dia 09 de maio de 1985 o Sr. José Pereira Fernandes, já falecido e esposo da Requerida Edelves dos Passos de Carvalho Fernandes, adquiriu através de Escritura Particular de Cessão de Direitos de Posse e Compra e Venda de Benfeitorias do Sr. Dimas de Paiva e esposa uma área de aproximadamente 50 alqueires e também comprou no dia 18 de abril de 1985 através de semelhante documento do Sr. José Pereira da Silva e esposa 60 alqueires, ambos localizados na ilha denominada São Vicente em Araguatins/TO, sendo que a referida ilha tem aproximadamente 141 alqueires goiano e outros proprietários (documentos anexados).*

*(omissis)*

*Ocorre que no dia 14 de novembro de 1997 o senhor José Fernandes, esposo da Requerida, permitiu que o Senhor Salvador Batista Barros plantasse uma roça em uma pequena parte da propriedade, pois este passava por dificuldades (declaração à época registrada em cartório anexada), tendo o Sr. Salvador Batista Barros se comprometido a desocupar a propriedade assim que fosse solicitado, sem direito à indenização.*

*Porém, para surpresa da Requerida e seu esposo, nos anos seguintes o Sr. Salvador Batista Barros começou a levar toda a sua família, bem como outros parentes para a propriedade da Requerida e a realizar desmatamento o que ocasionou o pedido de devolução da parte da propriedade cedida, tendo o Senhor Salvador Barros se negado a devolver.*

*Já no ano de 2001 a Requerida propôs junto ao juízo da vara cível da comarca de Araguatins/TO a Ação Possessória nº 2.504/2001 e na presença do Ministério Público do Estado do Tocantins foi firmado em juízo um acordo entre as partes, onde a Requerida, se compadecendo da situação do Senhor Salvador Batista Barros cedeu apenas 01 (um) alqueire da propriedade para que ali ele continuasse residindo, pois tinha interesse em por fim ao litígio, pois à época já era idosa.*

*(omissis)*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*Ocorreu que após o trânsito em julgado o Sr. Salvador Batista Barros não cumpriu o acordado em juízo, colocando para lá residir na propriedade da Requerida outros novos familiares, tendo no ano de 2004, a Requerida ingressado com ação de execução, que no ano de 2005 se transformou em ação de Cumprimento de Sentença sob o nº atual 5000170-72.2009.827.2707.*

*Já na fase de cumprimento de sentença o Sr. Salvador Batista Barros trouxe aos autos novas questões alegando que a competência seria da justiça federal, pois a ilha São Vicente pertencia à União; passou a sustentar em juízo que pertencia à comunidade remanescente de quilombola, sem fazer juntada de qualquer indício de prova nesse sentido, conforme bem observou o juiz de direito Jefferson David Asevedo Ramos.*

*No ano de 2010 o juiz de direito substituto da comarca de Araguatins enfrentou todas as questões aqui levantadas nesta Ação Civil Pública: Esclareceu que a Ilha de São Vicente não se tratava de bem da União, pois devido a sua localização geográfica e conforme art. 20, IV, da Constituição da República, não se trata de ilha fluvial ou lacustre nas zonas limítrofes com outros países, assim como não se trata de ilha oceânica ou costeira.*

*Quanto à alegação do Sr. Salvador Batista Barros de inovar e alegar pertencer à comunidade quilombola, foi superada, pois no ano de 2010 sequer tramitava junto aos órgãos federais competentes processo de delimitação e demarcação de terra quilombola e sequer a fundação Palmares havia sido acionada a apurar tal alegação até aquela época.*

*De posse dessa informação judicial posta em decisão, a partir do ano de 2010 foi que o Sr. Salvador Batista Barros procurou a Fundação Palmares para se autodeclarar remanescente de quilombola no intuito de permanecer ilegalmente na propriedade da Requerida, sendo que na propriedade da requerida se estabeleceu apenas no ano de 1997, por ato de benevolência do esposo da Requerida (declaração registrada à época em cartório anexada).*

*Cabe esclarecer que mesmo tendo enfrentado todas as questões que são renovadas nesta Ação Civil Pública, o magistrado de direito substituto anulou a sentença pela suposta falta da presença do Estado do Tocantins na lide, sendo este ponto objeto de questionamento do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins pela Requerida que obteve provimento na sua Apelação no ano de 2012 sob o nº 13997/2011 que manteve a sentença anteriormente transitada em julgado.*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*(omissis)*

*No ano de 2014, após sucessivos insucessos judiciais, a Sra. Fátima Barros se dizendo representante de remanescentes de comunidade quilombola da Ilha de São Vicente procurou a Procuradoria da República no Município de Araguaína/TO e sob o nº 1.36.001.000138/2014-02 foi instaurado Procedimento Preparatório, tendo o Ministério Público Federal ajuizado esta Ação Civil Pública, que teve liminar concedida e sustou o andamento de ação de cumprimento de sentença que tramita no âmbito estadual.*

Às fls. 302/305, a ré carrou ao feito a sentença prolatada por este Juízo, em que se extinguiu a ação cautelar nº 885-85.2016.4.01.4301 sem resolução do mérito.

Intimado para se manifestar acerca da contestação, o MPF peticionou às fls. 314/320, controvertendo as teses deduzidas pela ré e requereu a produção de provas documental, testemunhal e pericial.

Após, o Juízo prestou informações ao Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência suscitado pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Araguatins-TO (fls. 336/342).

A ré peticionou às fls. 349/351, requerendo a produção de prova testemunhal, pericial, documental e o depoimento pessoal dos “supostos quilombolas arrolados pelo Requerente na sua inicial”.

Por meio da decisão de fls. 354/356, o Juízo deferiu a prova documental e, em parte, a prova testemunhal, indeferindo o depoimento pessoal e a prova pericial.

Novas informações prestadas ao Superior Tribunal de Justiça no Conflito de Competência suscitado pelo Juízo da 1ª Vara Cível de Araguatins-TO (fls. 370/377).

Em audiência realizada no dia 11/12/2017, foi inquirida a antropóloga Rita de Cássia Domingues Lopes (fls. 392 e média de fls. 393).





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Às fls. 396/400, a ré informou o óbito de Salvador Batista Barros e aduziu que não participaria de audiência para oitiva da antropóloga que elaborou laudo extrajudicialmente, por entender ser imprescindível a realização de perícia judicial, sustentando haver prejuízo à sua defesa.

Intimadas para substituição da testemunha falecida, apenas o MPF arrolou novas testemunhas às fls. 405, mas desistiu da oitiva às fls. 407.

Às fls. 408/415, o Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Araguatins-TO comunicou a suspensão da ação nº 5000170-72.2009.827.2707.

O MPF juntou novos documentos às fls. 426/437.

O órgão ministerial apresentou alegações finais às fls. 447/453, reiterando os pedidos da exordial.

De sua vez, embora intimada, a ré deixou transcorrer *in albis* o prazo (fls. 454).

Os autos vieram conclusos.

É o relatório necessário. Decido.

## **II – FUNDAMENTAÇÃO**

### **II 1. Preliminares:**

Para melhor compreensão e tendo em vista a melhor técnica, as preliminares não serão analisadas na ordem em que foram suscitadas, mas segundo o grau de prejudicialidade que acarretam ao exame do mérito.

#### **II 1.1 Da incompetência absoluta da Justiça Federal**

Antes de adentrar ao tema, é imperioso reiterar que o MPF apresentou um pedido principal e dois subsidiários, alusivos ao título executivo judicial referente ao



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

processo nº 5000170-72.2009.827.2707, em trâmite na 1ª Vara Cível da Comarca de Araguatins-TO, a saber:

a) a declaração de inexistência, diante da ausência de citação dos integrantes da Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente”, do título executivo judicial transitado em julgado que se pretende dar cumprimento nos autos do processo nº 5000170-72.2009.827.2707;

b) subsidiariamente, que seja desconstituído, diante da flagrante inconstitucionalidade, o título executivo judicial transitado em julgado que se pretende dar cumprimento nos autos do processo nº 5000170-72.2009.827.2707; e

c) subsidiariamente, por não ter participado do processo que tramitou perante a Justiça Estadual, que seja declarada a ausência de efeitos do referido título executivo judicial em face da Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente”.

Em primeiro lugar, não se acolhem os argumentos invocados pela ré para subsidiar a preliminar, por não se tratar de demanda que visa ao cumprimento de sentença exarada por Juízo Estadual, mas de ação nova, com partes, causa de pedir e pedidos próprios, a ser submetida a exame em cognição exauriente, embora os pedidos remanescentes, acaso procedentes, tenham o condão de infirmar os efeitos da sentença prolatada na 1ª Vara Cível da Comarca de Araguatins-TO.

Entretanto, por outras razões, reputo que este Juízo não possui competência apreciar os mencionados pedidos.

O instrumento processual autônomo adequado para arguição da *querela nullitatis insanabilis* é a chamada *actio nullitatis* ou ação de nulidade, que tem por escopo





00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

a invalidação da sentença por vícios transrescisórios, não convalidáveis pelo decurso do tempo, alusivos aos pressupostos de existência da relação processual.

É pacífico que a competência funcional para apreciação da *querela nullitatis* é do Juízo que proferiu a decisão supostamente viciada, porque não se pretende a rescisão da coisa julgada (*Precedente: AgRg na Pet 10.975/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 03/11/2015*), mas sim o reconhecimento de que a relação processual e a decisão jamais existiram.

Tal entendimento prevalece, inclusive, nos casos em que pessoas jurídicas, cuja presença atrai a competência constitucional da Justiça Federal para julgamento da causa (art. 109, I, da CF), são as autoras da ação de nulidade.

A fim de corroborar tal compreensão, veja-se a seguinte decisão:

**CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 147.996 - SP (2016/0203610-0)**  
**RELATOR : MINISTRO OG FERNANDES**  
**SUSCITANTE : JUÍZO FEDERAL DA 1A VARA DE SÃO CARLOS - SJ/SP**  
**SUSCITADO : JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE SÃO CARLOS - SP**  
**INTERES. : FAZENDA NACIONAL**  
**INTERES. : POSTO PANTANAL CRUZEIRO DO SUL LTDA E OUTRO**  
**DECISÃO**  
**Vistos, etc.**

**Trata-se de conflito negativo de competência em que figuram, como suscitante, o Juízo Federal da 1ª Vara de São Carlos - SJ/SP e, suscitado, o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de São Carlos – SP.**

**Narram os autos que a União propôs ação anulatória em desfavor de Ronaldo Donizetti Masucci e Posto Pantanal Cruzeiro do Sul Ltda., perante a Justiça estadual, requerendo, em síntese, a declaração de nulidade de ação de adjudicação de imóvel na qual sustenta não ter tido ciência, o que lhe impossibilitou de exercer o direito de preferência previsto no art. 186 do Código Tributário Nacional.**



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*O MM. Juízo de Direito declinou da competência com base no art. 109, I, da CF, sustentando que a União ocupa o polo ativo da lide.*

*Por sua vez, o Juízo Federal da 1ª Vara de São Carlos – SJ/SP instaurou o presente incidente, pois, a seu ver:*

*[...] Não obstante a presença do ente federal, a pretensão de anular ato judicial faz atrair a competência da Justiça em que se prolatou o ato. (e-STJ, fl. 6).*

*Parecer do Ministério Público Federal pela competência da Justiça estadual.*

*É o relatório.*

*A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que compete ao juízo que decidiu a causa em primeiro grau decidir sobre a ação de execução.*

*É certo que o trânsito em julgado de sentença proferida por juízo incompetente não configura óbice para aplicação da regra de competência para a execução.*

*De igual modo, prevalece o entendimento de que eventual ação anulatória deve ser decidida pelo juízo prolator da decisão objurgada.*

*Nesse sentido (grifos acrescidos):*

**PROCESSUAL CIVIL. CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO ANULATÓRIA DE ARREMATACÃO. EXECUÇÃO FISCAL AJUIZADA EM COMARCA QUE NÃO É SEDE DE VARA FEDERAL. COMPETÊNCIA DO JUÍZO EM QUE SE PRATICOU O ATO EXECUTIVO.**

*1. A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é firme no sentido de que compete ao Juízo da execução o processo e julgamento de ação que visa desconstituir atos executivos, como a arrematação.*

*2. Conflito de competência conhecido para declarar a competência do Juízo de Direito, o suscitante.*

*(CC 99.424/PB, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 27/5/2009, DJe 10/6/2009)*

**CONFLITO NEGATIVO DE COMPETÊNCIA. AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO. SENTENÇA TRANSITADA EM JULGADO. EXECUÇÃO DE TÍTULO JUDICIAL. EMBARGOS À EXECUÇÃO. RECURSO.**

*1. A controvérsia reside em saber a competência para o julgamento de execução de título executivo judicial decorrente de sentença de desapropriação # devidamente transitada em julgado # proferida por Juízo*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*Federal e em demanda na qual não figurou nenhuma das pessoas jurídicas de direito público elencadas no art. 109, I, da Constituição da República.*

*2. A ausência na relação processual de alguma das entidades elencados no referido dispositivo constitucional afastaria a competência da Justiça Federal. Entretanto, na execução do julgado, deve ser observado o disposto no artigo 575, inciso II, do CPC, segundo o qual a execução fundada em título judicial deve ser*

*processada perante "o juízo que decidiu a causa no primeiro grau de jurisdição", bem assim o disposto no artigo 475-P, inciso II, do mesmo diploma, que dispõe que o cumprimento da sentença deverá ser efetuado no "juízo que processou a causa no primeiro grau de jurisdição".*

*3. O processo e julgamento da execução compete ao Juízo que prolatou a sentença na ação cognitiva, in casu, o Juízo Federal, ainda que não haja interesse de qualquer ente federal arrolado no artigo 109, inciso I, da CR.*

*4. A sentença proferida pelo juiz estadual nos autos dos embargos à execução deve ser ratificada ou anulada pelo Juízo Federal, já que proferida por Juízo absolutamente incompetente.*

*5. Conflito de competência conhecido para declarar competente o Juízo Federal, ora suscitado. (CC 108.985/SP, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, PRIMEIRA SEÇÃO, Dje 4/3/2010)*

**QUESTÃO DE ORDEM. COMPETÊNCIA INTERNA. QUERELA NULLITATIS INSANABILIS. SEXTA TURMA.**

*1. Tem competência para processar e julgar a querela nullitatis o juízo que proferiu a decisão supostamente viciada. (CC 114.593/SP, da minha relatoria, Terceira Seção, julgado em 22/06/2011, Dje 01/08/2011) AGRADO REGIMENTAL EM PETIÇÃO. COMPETÊNCIA ORIGINÁRIA DO STJ. IMPEDIMENTO DE MAGISTRADO. HIPÓTESE DE AÇÃO RESCISÓRIA. ART. 485, II, DO CPC.*

*1. A competência deste Superior Tribunal de Justiça no âmbito dos processos originários não compreende a relativização da coisa julgada fora das hipóteses das revisões criminais e das ações rescisórias de seus julgados, sendo incabível o ajuizamento da ação declaratória diretamente perante este Superior Tribunal de Justiça.*

*2. A querela nullitatis, quando cabível, situa-se no plano da existência, não se confundindo com as questões afeitas ao plano da validade, sanáveis por meio de ação rescisória por expressa disposição legal (art. 485, II, CPC).*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

**3. Agravo improvido.**

*(AgRg na Pet 10.975/RJ, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 13/10/2015, DJe 3/11/2015)*

**Ante o exposto, conheço do conflito para determinar a competência do Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de São Carlos - SP.**

*Publique-se. Intimem-se.*

*Brasília, 14 de dezembro de 2016.*

*Ministro Og Fernandes*

*Relator*

*(Ministro OG FERNANDES, 16/12/2016) (destaquei)*

É de se concluir, portanto, que a alegação de inexistência do título executivo judicial por vício decorrente da ausência de citação da Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” somente pode ser apreciada pelo Juízo Estadual prolator da sentença.

Por óbvio, a mesma compreensão deve ser empregada quanto à declaração de ineficácia da sentença exarada no Processo nº 5000170-72.2009.827.2707, pois, se não cabe a este Juízo reconhecer a nulidade dessa decisão judicial, não se cogita de sua competência para afastar a eficácia do ato judicial proferido por outro órgão jurisdicional.

Do mesmo modo, não compete ao presente Juízo Federal apreciar e julgar pedido de desconstituição do título executivo judicial emanado do processo nº 5000170-72.2009.827.2707, fundado em suposta inconstitucionalidade, pois tal pretensão, em tese – e caso admitida sua possibilidade jurídica –, estaria inserida no campo dos vícios rescisórios, a demandar o exame pelo tribunal ao qual está vinculado o Juízo Estadual prolator do *decisum*, em sede de ação rescisória (art. 966 e seguintes do CPC).

Nesses termos, entendo que deve ser reconhecida a incompetência absoluta deste Juízo em relação aos pedidos de declaração de inexistência e ineficácia, bem como de desconstituição da sentença exarada no processo nº 5000170-72.2009.827.2707.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Diante disso, está prejudicado o exame das preliminares de inadequação do uso da ACP como *querela nullitatis*; de ilegitimidade ativa do MPF para postular a invalidade de título executivo judicial estadual e de impossibilidade jurídica do pedido, todas calcadas nos pedidos cuja incompetência ora se reconhece.

## II 1.2 Da existência de coisa julgada

Alega a ré que o Juízo Estadual já afastou a condição de remanescente de quilombola levantada por Salvador Batista Barros, por meio de decisão transitada em julgado, motivo pelo qual a questão não pode ser apreciada, novamente, por esse Juízo.

Nos termos do art. 502 do CPC, “denomina-se coisa julgada material a autoridade que torna imutável e indiscutível a decisão de mérito não mais sujeita a recurso”.

Extraí-se do documento colacionado às fls. 252/261 que a matéria foi enfrentada em *obiter dictum* pelo magistrado estadual, quando da análise do pedido de reconsideração apresentado por Salvador Batista Barros no cumprimento da sentença prolatada na ação possessória, apenas com o fim de fundamentar o desacolhimento da preliminar de incompetência da Justiça Estadual para julgamento daquela demanda, o que, por si só, afasta a preliminar aventada.

Contudo, cabe ressaltar que, ainda que a questão tivesse sido resolvida com o fim de subsidiar a resolução de mérito da ação possessória, a decisão não teria o condão de ser envolvida pela coisa julgada material, consoante estabelece o art. 503, §1º, III, do CPC.

Com efeito, o Juízo Estadual não possui competência para julgar ação que objetive o reconhecimento da qualidade de quilombola para fins de identificação e



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

delimitação de território, eis que tal demanda exigiria a presença do INCRA, autarquia federal, e da Fundação Cultural Palmares, nos termos do Decreto nº 4.887/2003 e Instrução Normativa nº 57/09, sendo, portanto, afeta à Justiça Federal.

Por tudo isso, não há que se falar em coisa julgada material.

### **II 1.3 Da perda do objeto da demanda**

Alega a ré que comprovou, documentalmente, que já possuía, antes do advento da Constituição Federal de 1988, a propriedade localizada na Ilha de São Vicente, não havendo mais o que se discutir na presente demanda.

Como a tese se refere, claramente, ao mérito da demanda, com ele será apreciada.

### **II 2. Do mérito**

Inicialmente, cumpre observar que, após o reconhecimento parcial incompetência deste Juízo, subsistem as seguintes pretensões: **a)** manutenção de posse da Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” sobre a terra ocupada e **b)** condenação da ré na obrigação de não turbar ou esbulhar a posse das áreas ocupadas pela Comunidade Remanescente de Quilombo “Ilha de São Vicente”, sob pena de multa diária em caso de descumprimento.

A causa de pedir da demanda se ancora, substancialmente, no fato de os membros da comunidade tradicional tutelada pelo MPF, moradores da “Ilha de São Vicente”, serem remanescentes de quilombolas, atraindo a incidência do art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Em síntese, os quilombolas são descendentes de africanos escravizados, que externam consciência étnica, vinculada às manifestações socioculturais de seus antepassados e vivem em comunidade, sobrevivendo da agricultura de subsistência<sup>1</sup>.

Para melhor percepção da intensidade do vínculo existente entre essas comunidades tradicionais e a terra que ocupam, é necessário compreender que o termo quilombo foi cunhado, historicamente, para designar o local em que os escravos fugidos se refugiavam e resistiam à escravidão.

Dessarte, é fácil intuir que os quilombos, símbolo da resistência ao regime escravagista, representavam um refúgio para os escravos, ambiente onde a sua cultura, costumes e individualidade poderiam ser exteriorizados livremente, fora do alcance de seus opressores.

Após a abolição oficial da escravatura no Brasil, em 13 de maio de 1888, pela Lei Áurea, o vocábulo quilombo passou a designar, ainda, o lugar onde os ex-escravos passaram a viver em comunidade, como forma de enfrentar as muitas barreiras que se seguiram com o fim da escravidão, inferindo-se que o substantivo, a partir de então, teve a sua conotação semântica ampliada, não necessariamente ligada ao reduto dos negros fugitivos, tal como deduzido pela antropóloga Rita de Cássia Domingues Lopes, ouvida em audiência.

Cumprе observar que, lamentavelmente, a proteção estatal dos quilombolas só foi positivada 100 anos depois da Lei Áurea. De fato, como consequência da intensa mobilização dos movimentos negros no país, a Assembleia Constituinte não só reconheceu juridicamente a existência da comunidade como lhes conferiu tutela constitucional, ao disciplinar que **“aos remanescentes das comunidades dos**

<sup>1</sup>[http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com\\_content&view=article&id=857:quilombolas&catid=51:letra-q](http://basilio.fundaj.gov.br/pesquisaescolar/index.php?option=com_content&view=article&id=857:quilombolas&catid=51:letra-q)





00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

**quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”** (art. 68 do ADCT).  
(destaquei)

Assim, pela primeira vez, a ordem jurídica brasileira reconheceu o direito fundamental de grupo étnico-cultural minoritário à propriedade sobre as terras por ele ocupadas, como forma de reparar injustiças históricas a que foram submetidos os negros no período escravocrata brasileiro e os descendentes dos escravos no período pós-abolição.

Além disso, a Constituição de 1988 reconheceu a importância das manifestações culturais dos negros escravos, ex-escravos e seus descendentes na formação da sociedade brasileira, conferindo-lhe proteção (art. 215, § 1º, CF), inclusive estabelecendo o tombamento de todos os documentos e os sítios detentores de reminiscências históricas dos antigos quilombos (art. 216, § 5º, CF).

Atualmente, o art. 68 do ADCT é regulamentado pelo Decreto nº 4.887/03, que trata do procedimento de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos.

A teor do art. 2º do Decreto nº 4.887/03, “consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, **segundo critérios de auto-atribuição**, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (destaquei).

Por oportuno, transcrevo os parágrafos do art. 2º do referido ato normativo:

*§ 1º Para os fins deste Decreto, a caracterização dos remanescentes das comunidades dos quilombos será atestada mediante autodefinição da própria comunidade.*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*§ 2º São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.*

*§ 3º Para a medição e demarcação das terras, serão levados em consideração critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sendo facultado à comunidade interessada apresentar as peças técnicas para a instrução procedimental.*

Conforme §4º do art. 3º do Decreto nº 4.887/03, a autodefinição referida no § 1ª será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, pessoa jurídica responsável pela identificação dos remanescentes das comunidades de quilombos (art. 2º, III, da Lei nº 7.668/88), que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

Outrossim, ainda conforme o Decreto nº 4.887/03, compete ao INCRA a identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, sem prejuízo da competência concorrente dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios (art. 3º).

O Supremo Tribunal Federal, instado a se manifestar acerca da inconstitucionalidade do Decreto nº 4.887/03, julgou improcedente a ADI nº 3239/DF, concluindo pela constitucionalidade desse ato normativo.

Nesse sentido, segue a ementa do acórdão prolatado pelo Pretório Excelso:

**EMENTA AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. DECRETO Nº 4.887/2003. PROCEDIMENTO PARA IDENTIFICAÇÃO, RECONHECIMENTO, DELIMITAÇÃO, DEMARCAÇÃO E TITULAÇÃO DAS TERRAS OCUPADAS POR REMANESCENTES DAS COMUNIDADES DOS QUILOMBOS. ATO NORMATIVO AUTÔNOMO. ART. 68 DO ADCT. DIREITO FUNDAMENTAL. EFICÁCIA PLENA E IMEDIATA. INVASÃO DA ESFERA RESERVADA A LEI. ART. 84, IV E VI, "A", DA CF. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. INOCORRÊNCIA. CRITÉRIO DE IDENTIFICAÇÃO. AUTOATRIBUIÇÃO. TERRAS OCUPADAS. DESAPROPRIAÇÃO. ART. 2º, CAPUT E §§ 1º, 2º E 3º, E ART. 13, CAPUT E § 2º, DO DECRETO Nº 4.887/2003.**



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

**INCONSTITUCIONALIDADE MATERIAL. INOCORRÊNCIA.  
IMPROCEDÊNCIA DA AÇÃO.**

- 1. Ato normativo autônomo, a retirar diretamente da Constituição da República o seu fundamento de validade, o Decreto nº 4.887/2003 apresenta densidade normativa suficiente a credenciá-lo ao controle abstrato de constitucionalidade.*
- 2. Inocorrente a invocada ausência de cotejo analítico na petição inicial entre o ato normativo atacado e os preceitos da Constituição tidos como malferidos, uma vez expressamente indicados e esgrimidas as razões da insurgência.*
- 3. Não obsta a cognição da ação direta a falta de impugnação de ato jurídico revogado pela norma tida como inconstitucional, supostamente padecente do mesmo vício, que se teria por repristinada. Cabe à Corte, ao delimitar a eficácia da sua decisão, se o caso, excluir dos efeitos da decisão declaratória eventual efeito repristinatório quando constatada incompatibilidade com a ordem constitucional.*
- 4. O art. 68 do ADCT assegura o direito dos remanescentes das comunidades dos quilombos de ver reconhecida pelo Estado a propriedade sobre as terras que histórica e tradicionalmente ocupam – direito fundamental de grupo étnico-racial minoritário dotado de eficácia plena e aplicação imediata. Nele definidos o titular (remanescentes das comunidades dos quilombos), o objeto (terras por eles ocupadas), o conteúdo (direito de propriedade), a condição (ocupação tradicional), o sujeito passivo (Estado) e a obrigação específica (emissão de títulos), mostra-se apto o art. 68 do ADCT a produzir todos os seus efeitos, independentemente de integração legislativa.*
- 5. Disponíveis à atuação integradora tão-somente os aspectos do art. 68 do ADCT que dizem com a regulamentação do comportamento do Estado na implementação do comando constitucional, não se identifica, na edição do Decreto 4.887/2003 pelo Poder Executivo, mácula aos postulados da legalidade e da reserva de lei. Improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade formal por ofensa ao art. 84, IV e VI, da Constituição da República.*
- 6. O compromisso do Constituinte com a construção de uma sociedade livre, justa e solidária e com a redução das desigualdades sociais (art. 3º, I e III, da CF) conduz, no tocante ao reconhecimento da propriedade das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, à*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*convergência das dimensões da luta pelo reconhecimento – expressa no fator de determinação da identidade distintiva de grupo étnico-cultural – e da demanda por justiça socioeconômica, de caráter redistributivo – compreendida no fator de medição e demarcação das terras.*

7. Incorporada ao direito interno brasileiro, a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho – OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, consagra a "consciência da própria identidade" como critério para determinar os grupos tradicionais aos quais aplicável, enunciando que Estado algum tem o direito de negar a identidade de um povo que se reconheça como tal.

8. Constitucionalmente legítima, a adoção da autoatribuição como critério de determinação da identidade quilombola, além de consistir em método autorizado pela antropologia contemporânea, cumpre adequadamente a tarefa de trazer à luz os destinatários do art. 68 do ADCT, em absoluto se prestando a inventar novos destinatários ou ampliar indevidamente o universo daqueles a quem a norma é dirigida. O conceito vertido no art. 68 do ADCT não se aparta do fenômeno objetivo nele referido, a alcançar todas as comunidades historicamente vinculadas ao uso linguístico do vocábulo quilombo. Adequação do emprego do termo "quilombo" realizado pela Administração Pública às balizas linguísticas e hermenêuticas impostas pelo texto-norma do art. 68 do ADCT. Improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, § 1º, do Decreto 4.887/2003.

9. Nos casos *Moiwana v. Suriname* (2005) e *Saramaka v. Suriname* (2007), a Corte Interamericana de Direitos Humanos reconheceu o direito de propriedade de comunidades formadas por descendentes de escravos fugitivos sobre as terras tradicionais com as quais mantêm relações territoriais, ressaltando o compromisso dos Estados partes (Pacto de San José da Costa Rica, art. 21) de adotar medidas para garantir o seu pleno exercício.

10. O comando para que sejam levados em consideração, na medição e demarcação das terras, os critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades quilombolas, longe de submeter o procedimento demarcatório ao arbítrio dos próprios interessados, positiva o devido processo legal na garantia de que as comunidades tenham voz e sejam ouvidas. Improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade do art. 2º, §§ 2º e 3º, do Decreto 4.887/2003.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*11. Diverso do que ocorre no tocante às terras tradicionalmente ocupadas pelos índios – art. 231, § 6º – a Constituição não reputa nulos ou extintos os títulos de terceiros eventualmente incidentes sobre as terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos, de modo que a regularização do registro exige o necessário o procedimento expropriatório. A exegese sistemática dos arts. 5º, XXIV, 215 e 216 da Carta Política e art. 68 do ADCT impõe, quando incidente título de propriedade particular legítimo sobre as terras ocupadas por quilombolas, seja o processo de transferência da propriedade mediado por regular procedimento de desapropriação. Improcedência do pedido de declaração de inconstitucionalidade material do art. 13 do Decreto 4.887/2003. Ação direta de inconstitucionalidade julgada improcedente.*

*(ADI 3239, Relator(a): Min. CEZAR PELUSO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROSA WEBER, Tribunal Pleno, julgado em 08/02/2018, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-019 DIVULG 31-01-2019 PUBLIC 01-02-2019)*

O primeiro ponto que merece destaque no julgado supra é a **pertinência da adoção do critério de autoatribuição** para reconhecimento da comunidade como quilombola, que, segundo a Ministra Rosa Weber, cujo voto conduziu a decisão da Corte, é “legitimada pela Carta da República, na medida em que visa à interrupção do processo de negação sistemática da própria identidade aos grupos marginalizados, este uma injustiça em si mesmo”.

Atente-se para as conclusões apresentadas pela Ministra Rosa Weber relativamente ao tema, *in verbis*:

*E a adoção da autoatribuição como critério de determinação da identidade quilombola em absoluto se ressentir, a meu juízo, de ilegitimidade perante a ordem constitucional. Assumindo-se a boa-fé, a ninguém se pode recusar a identidade a si mesmo atribuída – e para a má-fé o direito dispõe de remédios apropriados. Logo, em princípio, ao sujeito que se afirma quilombola ou mocambeiro não se pode negar o direito de assim fazê-lo sem correr o risco de ofender a própria dignidade humana daquele que o faz.*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*A adoção de tal critério, de outra parte, tem a virtude de vincular a justiça socioeconômica reparadora, consistente na formalização dos títulos de domínio às comunidades remanescentes dos quilombos, à valorização da específica relação territorial por eles desenvolvida, objeto da titulação, com a afirmação da sua identidade étnico-racial e da sua trajetória histórica própria.*

Tal compreensão se coaduna aos ditames da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho- OIT sobre Povos Indígenas e Tribais, incorporada ao ordenamento jurídico interno pelo Decreto nº 5.051/2004, a qual preconiza que “a consciência de sua identidade indígena ou tribal deverá ser considerada como critério fundamental para determinar os grupos aos que se aplicam as disposições da presente Convenção”.

Nada obstante, como bem pontuado pela Ministra Rosa Weber, a qualificação do grupo sob a perspectiva da autoatribuição não se funda em subjetivismo, e sim em informações que possam ser constatadas de forma objetiva, deduzindo-se que a identidade étnica que a comunidade alega possuir não é dotada de presunção *iuris et de iure* de veracidade, possibilitando-se, portanto, o controle de seu teor.

Sobre o ponto, confira-se o excerto do voto da Ministra Rosa Weber:

*Nada há na Convenção 169 da OIT que induza à conclusão de que a qualificação de determinado grupo como indígena ou tradicional – caso dos quilombolas – decorra – por relação de causalidade – de um procedimento qualquer de autodefinição ou autoatribuição de identidade. O conceito de consciência da própria identidade indígena ou tribal, tal como expresso naquela normatividade, reporta-se a dado objetivamente aferível, não obstante este dado – a consciência – manifeste um fenômeno psíquico, essencialmente subjetivo – ou intersubjetivo. A consciência da identidade não se impõe de modo solipsista, não se imuniza ao controle social da legitimidade da sua pretensão de verdade. Os mecanismos para atestar a autodefinição devem ser compreendidos como meios pelos quais essa*





00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*consciência de grupo pode ser identificada, aferida e exteriorizada, e não como indutores de uma característica. (grifos originais)*

*Na dicção da Convenção 169 da OIT, uma coletividade "x" é determinada como povo tradicional enquanto passível de ser identificada nos seus membros, como traço singularizador do grupo, a consciência de uma identidade própria. Não é possível extrair do texto da Convenção tratar-se, a "consciência da própria identidade", de conceito infenso à constatação, apreensão externa e à objetivação. E nem se diga que esses traços, pertencentes ao domínio da subjetividade-intersubjetividade não se oferecem ao mundo exterior, pois isso significaria colocar em causa as próprias premissas que determinam a possibilidade de conhecimento sobre o objeto de ciências como a psicologia, a antropologia, a sociologia e o próprio direito.*

*Faço estas considerações não para deslegitimar o critério de autodefinição, mas para dimensioná-lo, afastando temores como os referidos na petição inicial desta ação, decorrentes de exegeses que lhe atribuem conotação de presunção absoluta de veracidade.*

*Corretamente compreendido e dimensionado, o critério da autoidentificação cumpre adequadamente a tarefa de trazer à luz os destinatários do art. 68 do ADCT, em absoluto se prestando a inventar novos destinatários, ampliando indevidamente o universo daqueles a quem a norma é dirigida.*

*(omissis)*

*Pontuo, por oportuno, que a ostentação de uma identidade – que pode ser autoatribuída – não se confunde com a satisfação dos critérios objetivos exigidos pelo texto constitucional para o reconhecimento da titularidade do direito assegurado no art. 68 do ADCT – que é, pelo menos em uma de suas dimensões, um direito real de propriedade. Assim, para os fins específicos da incidência desse dispositivo constitucional transitório, além de uma dada comunidade ser qualificada como remanescente de quilombo – elemento subjetivo que reside no âmbito da autoidentificação –, mostra-se necessária a satisfação de um elemento objetivo, empírico: a reprodução da unidade social que se afirma originada de um quilombo há de estar atrelada a uma ocupação continuada do espaço ainda existente, em sua organicidade, em 05 de outubro de 1988, de modo a se caracterizar como efetiva atualização histórica das comunidades dos quilombos.*





00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

(omissis)

*A possibilidade do controle institucional dos sujeitos alcançados pela norma constitucional transitória, apesar de limitada quanto ao componente da determinação dos sujeitos coletivos considerados remanescentes das comunidades dos quilombos, diante do critério da autodefinição, não deixa de se fazer presente no tocante à caracterização da ocupação territorial. Isso porque não basta, à incidência do art. 68 do ADCT, a autodefinição do sujeito coletivo como remanescente de quilombo. Necessária a evidência da ocupação tradicional das terras reivindicadas, sem o que, de resto, sequer se poderia cogitar de relação territorial específica.*

Sobreleva notar que o critério da autoatribuição não é considerado isoladamente para fins de certificação da comunidade como remanescentes de quilombola. Ao contrário, o art. 2º do Decreto nº 4.887/2003 traz balizas claras à caracterização do grupo étnico-cultural, consubstanciadas na trajetória histórica própria, existência de relações territoriais específicas e ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Outrossim, verifica-se, da Portaria 98/2007, que a Fundação Cultural Palmares se munuiu de instrumentos aptos a aferição da veracidade da autodeclaração, dentre eles, a realização de visita técnica à comunidade no intuito de obter informações e esclarecer possíveis dúvidas (art. 3ª, §2º).

Merece destaque, do mesmo modo, o **reconhecimento da constitucionalidade do §2º e §3º do art. 2º do Decreto nº 4.887/03**, que sujeitam a identificação, medição e demarcação das terras aos critérios de territorialidade indicados pelos próprios interessados, já que tendem a resguardar, efetivamente, os direitos de propriedade e posse sobre os locais por eles ocupados, a partir da participação efetiva da comunidade no processo demarcatório, em sintonia com o art. 6º, item 1, da Convenção 169 da OIT.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Sem embargo, nos moldes do deduzido anteriormente, não se deve conferir exegese ao dispositivo que imponha conformação absoluta do Poder Público ao informado pelas comunidades tradicionais, sendo lícito concluir que os entes estatais não estão vinculados às referências territoriais apresentadas pelos remanescentes de quilombolas.

Tanto é assim que o procedimento administrativo adotado pelo INCRA para titulação da área remanescente de quilombo é composto de diversas etapas, delineadas no Decreto nº 4.887/03, percebendo-se que a autodefinição representa somente o início de um complexo processo para fins de efetivação do direito conferido pelo art. 68 do ADCT.

Mais uma vez, reproduzo trecho do voto da Ministra Rosa Weber, diante do seu caráter elucidativo:

*O art. 2º, § 3º, do Decreto 4.887/2003, ao comandar sejam levados em consideração, na medição e demarcação das terras, os critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades quilombolas, longe de submeter o procedimento demarcatório ao arbítrio dos próprios interessados, positiva o devido processo legal na garantia de que as comunidades interessadas tenham voz e sejam ouvidas. Aliás, não há leitura do art. 2º, § 3º, do Decreto 4.887/2003 que ampare a conclusão de que deixada, a delimitação das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades dos quilombos, ao arbítrio exclusivo dos interessados. Tal conclusão corresponde a verdadeiro non sequitur, sequer admitida, portanto, como possibilidade hermenêutica legítima.*

**Com efeito, o fato de o art. 2º, § 3º, do Decreto 4.887/2003 dispor que os critérios de territorialidade indicados pelos remanescentes das comunidades quilombolas serão levados em consideração pela Administração durante o procedimento de medição e demarcação das terras, assegurando a sua participação, em absoluto traduz sejam tais parâmetros os únicos objeto de análise ou vinculem o ato administrativo correspondente.**



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*Dessa forma, não detecto, nos critérios em exame, tal como definidos no Decreto 4.887/2003, incompatibilidade com a Constituição da República. (destaquei)*

Ademais, o entendimento esposado na ADI 3239/DF deixa claro que a autodefinição não basta para atração do direito previsto no art. 68 do ADCT, sendo primordial a ocupação tradicional das terras vindicadas.

Por fim, embora a inconstitucionalidade da pretensão de se atribuir títulos de propriedade às comunidades que não estavam ocupando as áreas quando da entrada em vigor da Constituição de 1988 tenha sido abordada por ocasião do julgamento da referida ADI, não houve decisão do Plenário quanto ao tema, tanto que a então Presidente do STF, Ministra Cármen Lúcia, após questionamento da Ministra Rosa Weber, consignou que a questão não deveria ser retratada na ementa do acórdão (fls. 350 do Inteiro Teor do Acórdão). Senão vejamos:

*A SENHORA MINISTRA ROSA WEBER - Então, eu questiono Vossas Excelências se é para fazer referência, na ementa, ao marco temporal, porque, no meu voto, eu vou suprimir.*

*A SENHORA MINISTRA CÁRMEN LÚCIA (PRESIDENTE) – Não, porque a maioria não foi nesse sentido. Não há mais a referência. (destaquei)*

Superadas, pois, as considerações jurídicas pertinentes, **passo à análise do caso concreto.**

Considerando que as conclusões expostas adiante se respaldam, principalmente, no Relatório Antropológico carreado às fls. 15/135, saliento, de antemão, que a irresignação manifestada pela ré às fls. 396/400 não merece abrigo.

Realmente, ainda que o parecer técnico tenha sido confeccionado antes do ajuizamento da ação, à ré foi conferida oportunidade de controverter os dados ali



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

consignados, de demonstrar a parcialidade da profissional que o elaborou e, inclusive, de inquiri-la, em audiência, acerca dos pontos, eventualmente, incoerentes, incorretos ou imprecisos.

Importa salientar que a antropóloga e servidora da Universidade Federal do Tocantins que assina o documento era parte de uma equipe multidisciplinar, composta, igualmente, por servidores do INCRA- SR 26 (Unidades Palmas e Araguatins), ficando responsável pela consolidação das informações contidas em peças técnicas confeccionadas pelos demais integrantes no relatório em comento.

Veja-se, igualmente, que as razões declinadas pela demandada para infirmar o valor probatório do relatório apresentado pelo *Parquet* se situam apenas no plano teórico, são desprovidas de embasamento factual, ficando evidente que não se prestam a desqualificar o estudo desenvolvido pelo qualificado grupo de trabalho.

Vencido o inconformismo da demandante quanto à prova documental que lastreia o pedido, enfatizo que a controvérsia posta em Juízo será apreciada à luz das premissas estabelecidas pelo art. 2º do Decreto nº 4.887/2003 e pelo Supremo Tribunal Federal na ADI 3239/DF, já anunciadas em linhas anteriores.

**II 2.1 Ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida**

O arcabouço probatório da demanda não deixa dúvidas de que os membros da intitulada Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” são descendentes dos ex-escravos que ocuparam a aludida ínsula.

Com efeito, no “Relatório antropológico de reconhecimento e delimitação do território da Comunidade Quilombola Ilha de São Vicente” (fls. 15/135), a antropóloga Rita de Cássia Domingues Lopes narra que esse território foi doado a ex-escravos após a abolição da escravatura em 1888.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Segundo consta do documento, na obra literária “Uma dívida resgatada com seres humanos”, o autor Leônidas Gonçalves Duarte relata que, em 1869, seu avô Vicente Bernardino Gomes, fundador da cidade de Araguatins-TO, recebeu oito escravos como pagamento de uma dívida, dentre eles, Julião Barros, Serafina Benedita Batista e seu filho, Henrique Julião Barros, respectivamente, bisavô, bisavó e avô de Salvador Batista Barros, patriarca da comunidade quilombola até o seu óbito, no ano de 2017 (fls. 45/46 e fls. 48).

Com base nos relatos de moradores anciões da cidade de Araguatins-TO, a antropóloga constata que os escravos agraciados com a “Ilha de São Vicente” pertenciam à família Barros (os Henriques) e à família Noronha (os Tapiocas), esclarecendo que:

*A Família Barros descendeu de Julião Barros (escravo que chegou adulto) e Serafina Benedita Batista (escrava que chegou adulta), que quando vendidos ao Vicente Bernardino Gomes como escravos para pagamento de uma dívida, junto foi vendido também o filho que chegou criança, o Henrique Julião Barros (ex-escravo). Este quando adulto casou com Inês que era uma índia da etnia Arara, tiveram sete filhos, nascidos e criados na ilha e que ficaram conhecidos como os Henriques, segundo relatos dos seus descendentes e outros moradores da cidade. Os sete filhos são: José Henrique Barros, Pedro Henrique Barros, Serafim Henrique Barros, Virgílio Henrique Barros, Brasilina Batista Barros, Raimunda Batista Barros e Domingas Batista Barros. **O primogênito José Henrique Barros é pai de Salvador Batista Barros.** (destaquei)*

Vale destacar que a certidão de óbito da mãe de Salvador Batista Barros, Maria Francisca Barros, evidencia que ela residiu e faleceu, em 1959, na “Ilha de São Vicente”, sendo inequívoco que o local era a sede de moradia da família Barros desde 1888 até então.

Do mesmo modo, a antropóloga relata que, durante o trabalho de campo, foi constatado que Salvador Batista Barros e seus irmãos nasceram na “Ilha de São Vicente”.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Devo trazer a lume que os referidos acontecimentos constam de estudo específico realizado por Leonídia Coelho em 2010, que deu destaque ao relato de dois antigos moradores de Araguatins-TO, Pedro Duarte Barros e Benvinda M. Correa, os quais também ratificam as informações trazidas pela antropóloga (fls. 47).

Logo, reputo fartamente comprovado que os ancestrais de Salvador Batista Barros, de seus irmãos e de seus descendentes são os ex-escravos Julião Barros e Serafina Benedita Batista, precursores do quilombo da “Ilha de São Vicente”.

Neste ponto, é importante consignar que o fato de a comunidade em questão ter se originado da reunião de negros recém-libertos, em território doado pelo ex-senhor de escravos quando da abolição oficial da escravidão, não lhes retira a qualidade de comunidade quilombola.

Sobre o tema, transcrevo mais uma vez trecho do voto da Ministra Rosa Weber por ocasião do julgamento da ADI 3239/DF, em que traz à luz ensinamentos bastante elucidativos:

*(...) a data de 13 de maio de 1888 não tem serventia metodológica à definição do status dos quilombos. A uma porque o próprio conceito de remanescente de quilombo nos dias atuais exige a reprodução contínua de uma comunidade que, originada da resistência à escravidão, permaneceu coesa. A duas porque é impossível saber, hoje, em que momento do passado histórico a Lei Áurea, embora assinada naquela data, se tornou de conhecimento público em localidades remotas do território brasileiro, bem como a disposição que tiveram as autoridades locais de lhe conferir eficácia. Enfim, a data da abolição formal da escravidão não induz a que após 13 de maio de 1888 não tenha persistido o perverso regime em tal ou qual localidade. No universo hipotético-formal dos juristas é que a figura do quilombo perde o sentido existencial de forma simultânea à abolição, o mesmo não ocorrendo necessariamente na vida. Convergem nessa linha as análises de autorizados juristas e antropólogos. Na lição de Dalmo Dallari e Walter Rothenburg, “do ponto de vista histórico, **sustenta-se a formação de quilombos ainda após a abolição formal da escravatura, por (agora) ex-escravos (e talvez não apenas por estes) que não tinham para onde ir ou não desejavam ir a outro***



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

***lugar.” Complementam os festejados juristas que “o fato de ter havido a abolição da escravidão em 1888 é irrelevante para a aplicação do art. 68, o que me parece bem inspirado, pois, mesmo depois de abolida a escravidão, muitos negros precisaram de refúgio numa comunidade negra até mesmo para sobreviver, além do que, para muitos, era a única possibilidade de preservação da cultura.***

*Igualmente para a antropóloga Leynard Ayer de Oliveira,*

*“a data de 1888, embora seja um marco formal para os negros no Brasil, não tem importância central no que diz respeito aos quilombos. Eles se formaram por escravos libertos e insurretos e negros livres antes e depois da abolição. Enquanto vigora a escravidão, os quilombos cumprem a função de abrigar as populações negras, configurando um tipo de resistência”.*

Dito isto, penso que o Poder Executivo andou bem ao prever, no art. 2º do Decreto nº 4.887/2003, que a ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida é presumida.

Por tudo isso, não há dúvidas quanto ao preenchimento do requisito.

## **II 2.2 Trajetória histórica própria da comunidade**

A historicidade própria da Comunidade Quilombola “Ilha de São José” também é insofismável.

De acordo com o deduzido no tópico anterior, o grupo étnico possui trajetória bem definida e particular, que começa, até onde se sabe, no recebimento de oito escravos, dentre eles, Julião Barros, sua esposa e filho, como pagamento de uma dívida, por Vicente Bernardino Gomes, fundador da cidade Araguaína-TO.

A vida dos membros do grupo é fortemente marcada pelas memórias dos mais velhos, que relembram de festejos religiosos que acontecem tradicionalmente na comunidade e reúnem, há muito, moradores das cidades vizinhas (fls. 103/104). Do mesmo modo, recordam-se das brincadeiras e cantigas de roda (fls. 105), além das





00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

práticas cotidianas tradicionais para as mulheres (quebrar coco babaçu) e para os homens (mariscar) (fls. 106).

Outrossim, segundo pondera a antropóloga às fls. 54/55:

*Nesse percurso histórico vivido pela descendência de Henrique Julião o patrimônio cultural da comunidade acumulado, constituído de seus bens materiais e imateriais, com relevância na construção de suas identidades e memória e na sua reprodução física, social e cultural são importantes para mostrar o conhecimento tradicional das formas de uso das matérias-primas e de técnicas para a continuidade da comunidade que vive em uma ilha.*

*(omissis)*

*Assim, pode-se listar alguns bens materiais que marcam a identidade da comunidade passa pela produção de óleo babaçu; pela fabricação de alguns artefatos de palha como balaio, abano, côfo, esteira, vassoura e cesto entre outros; pela técnica de fabricação das casas de taipa; pelos métodos e técnicas de pescar e caçar. Os objetos feitos de palha são para usufruto dentro da própria comunidade. A produção é feita, segundo informações obtidas durante o trabalho de campo, pela Dona Maria Barros, e a matéria-prima é recolhida na própria ilha, tiradas da palmeira de babaçu localizadas nas proximidades das casas.*

*Outros dois elementos materiais que foram citados pelos quilombolas marcam sua identidade, foram os objetos deixados pelos seus antepassados, uma herança que para muitos pode ser simples, mas para eles é muito importante, guardar e preservar para mostrar uma parte da sua história para os mais novos e para os de fora, assim, destacaram o baú e a mala feitos de madeira e couro (fotografias 24 e 25) e o pote de barro (fotografias 26 e 27).*

Constata-se, pois, que a Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” compartilha de trajetória histórica própria, que pode ser vislumbrada pelos acontecimentos singulares que envolveram os seus ancestrais, escravos contemplados com a porção de terra após a abolição da escravatura, e pelo patrimônio cultural acumulado e repassado entre gerações nos últimos cento e trinta e um anos.

## **II 2.3 Existência de relações territoriais específicas.**



0 0 0 0 9 1 0 9 8 2 0 1 6 4 0 1 4 3 0 1

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Com supedâneo nos argumentos explicitados até então, deduz-se que as comunidades tradicionais conferem significado peculiar à terra que originalmente ocupam, na medida em que esse é o elemento que garante a perenidade e a conservação de seus costumes e métodos de subsistência, possibilitando o acesso das gerações futuras ao modo de vida típico dos seus antepassados.

Pelas peculiaridades dos hábitos exteriorizados pelos grupos étnicos, únicos e distintivos de seus membros, é inteligível que a terra seja percebida como unidade de coesão da comunidade, referência de sua noção de liberdade, sendo indissociável de sua identidade coletiva<sup>2</sup>.

Relativamente ao ponto, esclareceu-se no Relatório Antropológico que (fls. 107):

*A Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” está neste território há aproximadamente 126 anos e durante este tempo produziu um conhecimento utilizando recursos naturais disponíveis na região, tanto àqueles recursos que estão dentro da Ilha como: a palmeira babaçu (folhas, fruto, palmito, tronco), o barro, as plantas medicinais, a caça; quanto àqueles que estão no entorno que compreende o rio Araguaia (os peixes, as praias, plantação na vazante do rio) e a área de cultivo (plantação, roça) no distrito de São Raimundo-Pará. Desta maneira, foi elaborado um saber produtivo, uma etnoclassificação sobre o ambiente local onde vivem, proveniente da primeira geração moradora da Ilha, sendo repassado, aprimorado, criado a partir de cada nova geração.*

Cabe mencionar, do mesmo modo, que a memória das lidas campesinas desenvolvidas na ilha, por seus ascendentes, é acentuada nos herdeiros de José Henrique Barros (fls. 112), conforme discorre a antropóloga:

*Nas informações obtidas com dona Maria e dona Vicença (irmãs de seu Salvador) ao buscar na memória como era viver e trabalhar na ilha*

<sup>2</sup>*Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. O'DWYER, Eliane Cantarino (Org.). Rio de Janeiro: FGV, 2002, pp. 43-82.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*lembraram que seu pai, José Henrique Barros, plantava fumo na vazante e que todos os filhos trabalhavam na preparação do fumo; plantava também milho e roça de mandioca para fazer farinha de puba, tapioca e goma; o algodão colhido era para fazer linha para rede e colcha; criava gado e pegava porco do mato. Elas lembraram ainda que no passado tinha bastante peixe dentro dos lagos, ainda hoje tem peixe, mas consideram pouco.*

Por fim, conclui a expert (fls. 129):

*A área identificada e reivindicada pela Comunidade demonstra que sua identidade está ligada àquele espaço, isto é, a Ilha São Vicente como um todo, pois as paisagens apresentadas neste trabalho, assim como seus usos ao longo do tempo e a constituição da Comunidade reforça a necessidade de voltar ao território inicial, pois a família originária cresceu e as gerações posteriores aos primeiros moradores aumentaram de número, registrando durante a pesquisa 48 famílias descendentes da família originária, e da forma como estão hoje, a área é considerada diminuta*

Depreende-se, portanto, que a Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” possui uma especial relação com o imóvel objeto dos autos, consequência principal do elevado grau de conexão entre a etnicidade do grupo e seu território, encontrando-se preenchida a condição ora examinada.

## **II 2.4 Identidade étnica**

Nos termos do esposado anteriormente, a ancestralidade, por si só, não é suficiente para caracterizar um grupo como remanescente de quilombolas.

Mais do que isso, a comunidade deve ostentar identidade étnica, que é diferenciada pela consciência comum de que o grupo possui características raciais e culturais distintivas, dotadas de especial relevância social para os seus membros.

De mais a mais, a comunidade, ao admitir tais diferenças, passa a se organizar politicamente, formando aglomerados independentes, unidos por interesses e reivindicações coletivas, exigindo, a partir de então, reconhecimento como grupo étnico.

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL ROSELI DE QUEIROS BATISTA RIBEIRO em 19/09/2019, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 5536604301294.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Wesley Santos de Matos, Mestre em Relações Étnicas e Contemporaneidade, e Benedito Gonçalves Eugênio, Doutor em Educação pela UNICAMP, sistematizam a questão da seguinte maneira<sup>3</sup>:

*Conforme argumenta O'Dwyer (2013), assumir a identidade quilombola é estar disposto a carregar as marcas e os estigmas de um passado de escravidão, que se alimentou e reinventou até hoje. A autora enfatiza que ser quilombola envolve não só a titulação coletiva do território, como também estar inserido nas redes de relações próprias das comunidades, e também ter um modo de ser considerado distinto, que os define de dentro em relação aos de fora.*

*Os elementos até aqui pontuados nos auxiliam na compreensão de como a etnicidade é produzida. De acordo com Banton (1977), a etnicidade pode ser definida como um sentimento, um discurso e uma tomada de posição política produzida pela posituação do estigma de raça. Sendo assim, Arruti (2014; 2017) aponta que sendo um grupo distinto por características ditas raciais, tornar-se-ia um grupo étnico a partir do momento em que, aceitando a distinção que lhe é imposta pela maioria, passa a utilizar-se politicamente dela na formação de agrupamentos autônomos ou com interesses e reivindicações comuns. É exatamente isso que visualizamos com os quilombolas. Esses sujeitos, ao se organizarem, deram origem a novos movimentos sociais e passam a demandar seu reconhecimento enquanto grupo étnico.*

*É no conflito em torno dos limites entre o respeito e o desrespeito e a capacidade de agenciar positivamente na forma de comunidade imaginada os estigmas do passado, que se torna possível reimaginar a etnicidade: ela emerge na interação em contextos poliétnicos (ARRUTI, 2014). Conforme Honneth (2003), uma experiência de desrespeito pode, em contexto propício, promover um conflito via movimento social. Seria então esse sentimento de solidariedade que uniria os indivíduos e nessa luta por reconhecimento esses sujeitos estariam produzindo etnicidade.*

*A posituação dos estigmas seria o próprio vínculo que liga os sujeitos entre si por meio das marcas. Assim, a etnicidade passa, nesse contexto, a descrever performances identitárias que incluem também os amplos contextos derivados da diáspora africana (ARRUTI, 2014).*

<sup>3</sup>Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP  
<https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352 Macapá, v. 11, n. 2, p. 141-153, jul./dez. 2018

Documento assinado digitalmente pelo(a) JUÍZA FEDERAL ROSELI DE QUEIROS BATISTA RIBEIRO em 19/09/2019, com base na Lei 11.419 de 19/12/2006.

A autenticidade deste poderá ser verificada em <http://www.trf1.jus.br/autenticidade>, mediante código 5536604301294.



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

No caso dos autos, o Relatório Antropológico confirma que a Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” tomou consciência de seus direitos quando emergiu o conflito de terra entre Salvador Batista Barros e a ré, o que evidencia o forte senso de união do grupo, que se agregou em prol da manutenção de seus direitos fundamentais.

Ressalto que acaso não reconhecessem, em si, sinais culturais singulares, certamente os descendentes dos ex-escravos Julião Barros e Serafina Benedita Batista não teriam externalizado tão intensa consciência coletiva, a ponto de se organizarem politicamente na defesa de melhores condições de vida para os seus membros.

Conquanto a ré busque imprimir um caráter oportunista à comunidade, tendo em vista a sua organização política tardia, penso que este fator corrobora ainda mais a identidade étnica do grupo, já que somente uma convicção cultural arraigada, que vai além do mero vínculo consanguíneo, tem o condão de manter estruturados tantos indivíduos em torno de uma causa comum (48 famílias segundo o INCRA- fls. 128/430).

Diante de todo o exposto, não há o que tergiversar, a Comunidade “Ilha de São Vicente” merece o reconhecimento como grupo étnico remanescente de quilombolas, tal qual procedido pela Fundação Cultural dos Palmares em 09 de dezembro de 2010 e pela Portaria nº 247, publicada em 27 de dezembro de 2010 (fls. 21).

## **II 2.5 Do marco temporal da ocupação das terras vindicadas**

Considerando que a matéria refoge ao conteúdo vinculante do acórdão proferido na ADI 3239/DF, conforme esclarecido em linhas anteriores, compreendo que esta magistrada tem liberdade para adotar a vertente que mais se coaduna com as suas convicções no que se refere ao assunto.

Nesse diapasão, trago à baila o entendimento esposado pelo Ministro Edson Fachin, encampado pelos Ministros Roberto Barroso e Luiz Fux, no sentido de que o



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

direito fundamental assentado no art. 68 do ADCT não pode ser restringido por marcos temporais, sob pena de esvaziamento do seu conteúdo.

Consoante alhures apontado, as comunidades quilombolas só foram reconhecidas como sujeitos coletivos de direitos pela Constituição Federal de 1988, restando indubitável que, até então, o grupo étnico vivia à margem da sociedade, fato que favoreceu o esbulho de suas terras por terceiros, muitas vezes avalizados pelo próprio Estado.

É forçoso constatar, assim, que seria incoerente pensar que a Carta Magna exige, implicitamente, a demonstração de requisito objetivo temporal dos remanescentes de quilombolas, a fim de assegurar a proteção constitucional, quando patenteado que, até então, essas comunidades eram invisíveis ao Poder Público.

Em outras palavras, a ausência de documentação específica acerca da ocupação quilombola, acarretada pela negligência renitente do Estado em conferir-lhes proteção legal, é circunstância que tende a frustrar a previsão constitucional, acaso se perfilhe do raciocínio de que a presença da comunidade na área objeto de titulação deve ser demonstrada na data da promulgação da CF.

Como bem assentou o Ministro Edson Fachin, *in verbis*:

*Com efeito, de acordo com o entendimento manifestado, a autoidentificação deve vir acompanhada de um elemento objetivo, que seria a presença da comunidade na área cuja titulação pretende na data de 05 de outubro de 1988. Sem essa prova, a incidência da norma expressa no art. 68 do ADCT não seria admissível.*

***Pedindo vênias aos entendimentos em sentido contrário, compreendo que, se já em relação à questão indígena a aplicação do marco temporal enseja questionamentos de complexa solução, até mesmo em virtude da positivação do direito em diversas Leis e Constituições anteriores à vigente, em relação ao reconhecimento do direito à propriedade das terras tradicionais ocupadas por***





00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

***remanescentes de comunidades quilombolas, a questão se revela com contornos ainda mais sensíveis.***

*Primeiramente, ressalte-se, uma vez mais, que, ao contrário do direito de posse conferido aos índios, a ausência de qualquer regulamentação da matéria antes da Constituição de 1988 transforma a prova dessa presença contínua e sem turbacão na área na data da promulgação da Constituição bastante difícil, senão impossível a essas comunidades.*

*(omissis)*

*De fato, se as áreas de ocupação indígena estavam mais bem documentadas por diversos trabalhos de cunho acadêmico e científico, em relação às comunidades quilombolas, contudo, o conhecimento dessas regiões era muito mais reduzido, situação que dificulta a documentação da área e a preservação de vestígios de posse, e pode levar a injustiças, além do risco de ineficácia da previsão constitucional, reduzindo as possibilidades de efetivação de direito fundamental, o que, com todo o respeito, não se coaduna com a ordenação constitucional pós redemocratização.*

***Como restou demonstrado pelas intervenções dos diversos amici curiae no processo, as realidades quilombolas eram absolutamente desconhecidas até poucos anos atrás, e muitas podem, até os dias de hoje, ainda restar invisíveis ao Poder Público, numa situação perene de negação de direitos, tanto de cunho material como processuais. (destaquei)***

Ainda que o reconhecimento estatal seja irrelevante para caracterização do grupo étnico, é evidente que a identidade quilombola só ganhou um viés jurídico com a Constituição de 1988, sendo igualmente evidente que o interesse dessas comunidades em se organizar, com o intuito de perseguir os seus direitos, foi substancialmente reforçado – ou mesmo inaugurado – a partir de então.

Logo, impor-se a comprovação do requisito objetivo temporal a uma minoria étnica que durante anos não foi reconhecida fatalmente inviabilizaria o exercício do direito





00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

fundamental dessa coletividade, além de reforçar o comportamento estatal omissivo que imperou por exatos 100 anos desde a abolição da escravidão.

Como bem pontuou o Ministro Roberto Barroso, “o propósito da Constituição foi preservar direitos fundamentais culturais dos povos tradicionais, bem como o direito da sociedade brasileira, como um todo, à sua pluralidade e diversidade cultural e à preservação do modo de vida dos povos que contribuíram para a sua constituição. Trata-se, portanto, de direito fundamental cultural ao qual se deve conferir a maior efetividade possível, em observância ao comando do art. 5º, §1º, da Constituição”.

Não é demais transcrever trecho do esclarecedor voto do Ministro Luiz Fux, que fortalece ainda mais as premissas ora fixadas:

*Em verdade, a teleologia constitucional que informa o comando do art. 68 do ADCT desautoriza qualquer restrição cronológica de seu alcance. O eventual estabelecimento de um marco temporal, uma data certa que se valha de insubstituível referencial para a ocupação de um determinado espaço geográfico por uma comunidade, não se coaduna com a literalidade, nem com a teleologia da proteção constitucional assegurada aos remanescentes das comunidades quilombolas.*

*É que a interpretação gramatical do texto constitucional não encontra qualquer referência em datas ou outro parâmetro temporal; ao contrário, vê “reconhecida” a propriedade definitiva. O dispositivo declara – e não constitui – o direito de propriedade, sem delimitar marcos temporais. Da mesma forma, a referência àqueles que “estejam ocupando” demonstra a atualidade e a continuidade da ocupação, incluindo no campo semântico da garantia, por exemplo, aqueles que outrora foram removidos forçosamente de suas terras, mas já presentemente conseguiram reavê-la.*

*Entendimento diverso, a pretexto de estimular a paz fundiária, perpetua o status quo ante e impede os destinatários da garantia constitucional de reivindicar presentemente a tutela estatal. A par do exemplo acima, o marco temporal também exclui uma comunidade remanescente que, quando da promulgação da Constituição, talvez ainda não contemplasse os requisitos socioculturais objetivos suficientes, mas, somados os quase trinta anos transcorridos desde então, atualmente já fortaleceu suas raízes.*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
**TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO**  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

*Tal exegese tampouco se ilide com o argumento topográfico. Extrair da mera topologia um marco temporal equivale a limitar os efeitos e o alcance da vontade do constituinte a uma fotografia da situação, inexoravelmente pretérita e datada. É fato que a topologia indica que a disposição constitucional inserida no ADCT se pressupõe transitória.*

*Assim teria sido, caso houvessem sido criados os procedimentos administrativos necessários quando da promulgação da Constituição. No entanto, a vontade do constituinte não preclui por inércia do poder público ou haveria um incentivo espúrio para que fosse indefinidamente adiada a regulamentação da matéria.*

*(omissis)*

*Por tal razão, acompanho a divergência aberta pela Ministra Rosa Weber, em belíssimo voto, com a ressalva de que o elemento objetivo, empírico, a que se refere – “a reprodução da unidade social que se afirma originada de um quilombo há de estar atrelada a uma ocupação continuada do espaço ainda existente, em sua organicidade” - não encontra limitações temporais. Caracteriza-se, outrossim, a “efetiva atualização histórica das comunidades dos quilombos” por uma atávica identidade étnico-cultural, que se une visceralmente à terra e à tradição comum, independentemente de lá estarem em uma data qualquer arbitrária.*

*(omissis)*

*Vê-se, assim, que a delimitação das terras quilombolas não deve ser prisioneira do passado nem refém do anacronismo de datas. Como já ressaltado, a proteção conferida pela norma constitucional volta-se para o futuro, pretende criar condições para preservação da cultura e da identidade afro-brasileira ligada aos quilombos (CRFB, arts. 215 e 216), contribuindo para incluir e afirmar uma minoria atual historicamente marginalizada. Isso significa “ampliar o campo de aplicação das normas jurídicas que se referem direta ou indiretamente a quilombos, para reconhecer e proteger realidades atuais e não apenas a memória do passado” (ROTHENGURB, Walter Claudius. *Direitos dos descendentes de escravos (remanescentes das comunidades de quilombos) in Igualdade, Diferença e Direitos Humanos*. SARMENTO, Daniel; IKAWA, Daniela; PIOVESAN, Flávia (Orgs.). Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008, p. 478).*



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Com espreque na compreensão aduzida, penso ser desimportante que a comunidade quilombola, capitaneada por Salvador Batista Barros, não estivesse na posse da terra – ora em litígio – por ocasião da promulgação da Constituição Federal de 1988, eis que os fundamentos exarados nos capítulos precedentes comprovam a ancestralidade, a relação intrínseca do grupo com o território (repita-se: ínsula doada a ex-escravos, seus antepassados) e a forte identidade étnica da comunidade quilombola da “Ilha de São Vicente”.

Aliás, vale destacar que EDEUVES DOS PASSOS DE CARVALHO FERNANDES não possui título de propriedade de imóvel na “Ilha de São Vicente”, ao contrário do que tenta transparecer. Isso porque o direito da ré é embasado em contrato de cessão de posse e compra e venda de benfeitorias efetivado em 27/06/1985, entre Dimas de Paiva e José Pereira Fernandes, seu esposo (fls. 244), circunstância que indica que a demandada não detém o domínio do bem.

Outrossim, a assinatura do contrato de comodato entre Salvador Batista Barros e José Pereira Fernandes, marido da ré (fls. 241), só robustece a conexão do líder do grupo com a área vindicada, bem como o desapossamento forçado a que fora em algum momento submetido o descendente dos habitantes originários do antigo quilombo, obrigado a pactuar negócio jurídico para exercício de seus direitos sobre a ilha que havia sido doada aos seus ancestrais.

Por todo o deduzido, reputo que a pretensão do órgão ministerial merece acolhimento, eis que demonstrado, dentre outros, que os membros da comunidade negra ocupante da “Ilha de São Vicente”, antigo quilombo, são descendentes dos ex-escravos donatários do imóvel e conservam identidade étnica ligada a esse território, merecendo a proteção possessória postulada pelo *Parquet*.

### III - DISPOSITIVO



00009109820164014301

PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA PRIMEIRA REGIÃO  
SUBSEÇÃO JUDICIÁRIA DE ARAGUAÍNA

Processo Nº 0000910-98.2016.4.01.4301 - 1ª VARA - ARAGUAÍNA  
Nº de registro e-CVD 00095.2019.00014301.1.00636/00128

Ante exposto:

a) **declaro** a incompetência deste Juízo para apreciar os pedidos de declaração de inexistência, ineficácia e desconstituição do título executivo judicial transitado em julgado que se pretende dar cumprimento nos autos do processo nº 5000170-72.2009.827.2707; e

b) **julgo procedentes os pedidos remanescentes** para **determinar** a manutenção da Comunidade Quilombola “Ilha de São Vicente” na posse deste território e **condenar** EDELVES DOS PASSOS DE CARVALHO FERNANDES à obrigação de não turbar e/ou esbulhar a posse do grupo étnico sobre a “Ilha de São Vicente”, sob pena da imposição de multa em caso de descumprimento.

Sem custas e sem honorários advocatícios (art. 18 da Lei n. 7.347/85).

Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela ré.

Considerando o teor do ofício de fls. 408, oficie-se ao Juízo da 1ª Vara Cível da Comarca de Araguatins-TO, para ciência da presente sentença, com envio de cópia.

Publique-se. Intimem-se.

Araguaína-TO, 19 de setembro de 2019.

**ROSELI DE QUEIROS BATISTA RIBEIRO**  
Juíza Federal